

EMPRESARIADO INDUSTRIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA BAIXADA FLUMINENSE

*(INDUSTRIAL BUSINESSMEN AND PROFESSIONAL EDUCATION IN THE
BAIXADA FLUMINENSE)*

Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte¹

Rosane Cristina de Oliveira²

RESUMO:

A proposta deste artigo é discutir a relação entre o empresariado industrial, representado aqui pela FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - e as questões que envolvem sua atuação na formação educacional profissional na Baixada Fluminense, em especial no município de Duque de Caxias. A ênfase desse artigo está pautada em três aspectos: as bases da preocupação do empresariado industrial em relação à educação no que diz respeito à competitividade, à tecnologia e à sociedade do conhecimento; a questão da empregabilidade e a formação profissional; e a geração de emprego, especialmente àqueles destinados à própria indústria.

Palavras-chave: Empresariado Industrial, Empregabilidade, Baixada Fluminense

ABSTRACT:

This article aims to discuss the relationship between industry communities (represented by Federation of Industries of the State of Rio de Janeiro- FIRJAN) and the issues involving education in Baixada Fluminense (emphasizing the city of Duque de Caxias). In this sense, the focus of this debate is based on three points: businessman concerns in relation to education related to competitiveness, technology and knowledge society (noting the quality of education and facing the industry as a factor of social mobility); the issue of employability and vocational training (drawing attention to the need to align labor supply of labor according to the operations of companies operating in the region); and creation of productive employment, especially those used in industry.

Keywords: Industrial Businessmen, Employability, Baixada Fluminense

1 INTRODUÇÃO

Objetivamos apresentar uma discussão preliminar sobre o empresariado industrial e a questão educacional na Baixada Fluminense, enfatizando três aspectos fundamentais: a preocupação do empresariado industrial em relação à educação no Brasil no âmbito da competitividade, inovação tecnológica e a sociedade do conhecimento; a questão da empregabilidade e a formação educacional

¹ Professor do Centro Universitário Alves Faria - Mestrado em Desenvolvimento Regional. E-mail: prof.tico@gmail.com

² Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio. E-mail: rosaneocrj@unigranrio.edu.br

profissionalizante definida pela legislação; e a discussão da problemática da geração de emprego e formação profissional para responder à demanda da indústria na Baixada Fluminense, especialmente no município de Duque de Caxias, localidade com grande concentração de parque industrial e uma das principais industriais do Estado do Rio de Janeiro, a REDUC.

Neste estudo, abordamos o empresariado industrial representado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, FIRJAN³. Metodologicamente, analisamos alguns documentos elaborados pela referida entidade, quais sejam: *Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro*; Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal; *Visões do Futuro: potencialidades e desafios para o Estado do Rio de Janeiro (Região Baixada Fluminense – área II)*. Estes documentos abordam, entre outros assuntos, a questão educacional, enfatizando o aspecto da formação profissional e apresentando a visão e a proposta do empresariado industrial para a resolução dos problemas relacionados à empregabilidade, renda e educação no Estado do Rio de Janeiro. Além desses documentos, foram analisados os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE e, também, reportagens referentes à empregabilidade em Duque de Caxias.

2 A (PRE)OCUPAÇÃO DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL COM A EDUCAÇÃO

Do ponto de vista social, especialmente no que diz respeito à educação, o empresariado industrial desde o início da segunda metade do século XX mostrou interesse e (pre)ocupação com esta temática. Utilizamos a denominação de empresário industrial para designar concretamente homens que fazem parte de uma conexão na qual desempenham um papel objetivo, do qual não se dão conta, necessariamente. Nesta reflexão chamamos a atenção para os estudos realizados por Ramon Oliveira (2001a, 2001b, 2003 e 2005), Souza (1981), Silva e Souza (2009).

³ A FIRJAN é uma entidade de classe, representante da classe industrial fluminense nas esferas regional e nacional, com o intuito de articular os dos sindicatos a ela filiados. É uma instituição prestadora de serviços às empresas, atuando como fórum de debates e de gestão da informação para o crescimento econômico e social do estado. O Sistema FIRJAN (Sistema S), é composto pelos seguintes órgãos: FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), CIRJ (Centro Industrial do Rio de Janeiro), SESI (Serviço Social da Indústria), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e IEL (Instituto Euvaldo Lodi).

A (pre)ocupação do empresário com a questão da educação nos remete a Kosik (1989) que aponta a “preocupação” como o enredamento do indivíduo no conjunto das relações sociais e o seu agir se manifesta como solicitude e preocupação. A constatação da (pre)ocupação do empresariado industrial com a educação ficou evidenciada a partir do levantamento de documentos e fontes do Arquivo Nacional sobre os trabalhos realizados pelo Instituto de Pesquisas de Estudos Sociais (IPES). Este órgão foi inaugurado em 1961 e tinha como principais participantes empresários, profissionais liberais e membros das forças armadas e, na sua concepção, “a educação escolar teria um papel relevante para suprir as necessidades de desenvolvimento econômico e se constituiria também em importante fator de desenvolvimento social”. (SILVA e SOUZA, 2009, p. 782) Assim, para o empresariado, era fundamental investir no aspecto educacional (especialmente na educação básica), para complementar e não substituir a ação do Estado, pois a empresa e a comunidade estariam em vantagem ao melhorar o padrão educacional.

Ao ocupar-se da vantagem da melhoria do padrão educacional estaria o empresariado “preocupado” com o futuro da comunidade e da empresa. O futuro, com base no presente e no passado, concede de certo modo um privilégio ao indivíduo com base nos projetos, nas expectativas e metas. “Como a preocupação é antecipação, ela deprecia o presente e tende para o futuro, que ainda não é”. (KOSIK, 1989, p. 68)

Seguindo a orientação de Kosik (1989), o estudo de Souza (2011), apresenta uma reflexão importante, ao analisar os discursos publicados na *Folha de São Paulo* de três representantes da elite empresarial industrial no Brasil entre os anos 1993 e 2006: Antônio Hermínio de Moraes, Benjamin Steinbruch e Roberto Nicolsky. A partir da leitura dos discursos direcionados para a questão educacional, o autor conseguiu captar a estreita “preocupação” destes representantes, cuja dimensão do *futuro* do país dependeria do estilo de desenvolvimento a ser seguido.

Para Antonio Erminio de Moraes, a educação deveria estar atrelada às necessidades da empresa, unido à necessidade de pensar o capital humano⁴ como

⁴ A teoria do capital humano, assimilada no Brasil nos anos 1960 e 1970, de acordo com Machado (1982, p. 104) tinha como finalidade observar “as condições de maximização dos lucros decorrentes do investimento na educação e de contribuir na fundamentação da educação como mecanismo justificador a

elemento fundamental para o desenvolvimento econômico. Em outras palavras, a proposta concreta seria a submissão da força de trabalho ao capital, uma vez que a formação educacional deveria responder fundamentalmente à necessidade do mercado.

Outro empresário, Benjamin Steinbruch é enfático ao afirmar que não basta formação educacional direcionada à necessidade do mercado, mas sim submetida ao projeto de desenvolvimento nitidamente defendido pelo setor industrial e, também, a outras dimensões políticas e econômicas, cujo Estado deveria por em prática.

O terceiro empresário, Roberto Nicolsky, diferente de Antonio Erminio de Moraes e Benjamim Steinbruch, defendeu em vários artigos a importância de investir na aproximação entre a empresa e a universidade privada. Para Nicolsky, esta junção significava o elemento que faltava ao país para promover crescimento econômico e sustentável, uma vez que é no espaço universitário que a inovação tecnológica acontece.

Nos anos 1980, as discussões sobre Responsabilidade Social Empresarial trouxeram à tona a discussão sobre o papel social desempenhados pelo empresariado, enfatizando que as corporações não se limitam ao aspecto da produtividade, mas, ao contrário, a dimensão social deve fazer parte de suas preocupações. De 1990 em diante, o empresariado industrial produziu alguns documentos, propondo ações para a melhoria da educação (básica, profissionalizante, superior e tecnológica) e da qualidade de vida. Entre os documentos, destacam-se: *Competitividade: proposta dos empresários para a melhoria da qualidade da educação* (1996), elaborado pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI); *A nova relação entre competitividade e educação: estratégias empresariais* (1992), produzido pelo Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial (IEDI).

Entre os estudos mais recentes realizados sobre a relação entre educação e empresariado industrial, Ramon Oliveira (2001a, 2001b, 2003 e 2005) merece destaque. Para o autor, a educação (especialmente a educação profissionalizante), encontra nas propostas do empresariado industrial um aspecto da submissão do Estado aos interesses

desigualdade social". Nesta direção, Frigotto (1993, p. 41), salienta que "o investimento no 'fator humano' passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade, de mobilidade social".

desta classe tanto no aspecto econômico como no que tange a construção de políticas para a educação voltada para a profissionalização.

O empresariado nacional, de diversas formas, buscou demonstrar ao governo e à sociedade como um todo que havia a necessidade de o sistema educacional sofrer alterações de forma a se tornar coetâneo e articulado aos interesses industriais. Por outro lado, também houve de sua parte o interesse em ter maior controle sobre as ações e o desempenho das instituições escolares. Nesse sentido, esteve sempre presente a sua intenção de participar da gestão do sistema de ensino e exigir que o Estado estabelecesse mecanismos de avaliação da qualidade e do desempenho das instituições de ensino. (OLIVEIRA, 2003, p. 254)

De acordo com Oliveira (2005), a análise dos estudos desenvolvidos pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), revelaria que para o empresariado industrial, a partir dos anos 1990, o problema da mão de obra na indústria estava atrelado às péssimas condições de ensino. Os números alarmantes de analfabetos devido às falhas no sistema educacional, por exemplo, colocavam em risco o desenvolvimento da força de trabalho, essencial para o sucesso do novo modelo econômico. O SENAI, concebido pelo empresariado (especialmente os empresários ligados à CNI) como o principal artífice da educação profissional no Brasil, também precisava de reformulações, pois sua proposta estava ultrapassada e não respondia positivamente às novas exigências do mercado globalizado. No entanto, a exigência em relação à mão de obra qualificada e o papel da educação profissional foram problematizados por Oliveira (2005),

Acredito que o mais correto é dizer que, hoje, o capital dispõe de maiores condições para estabelecer um processo de exploração dos trabalhadores, o que se expressa pela imposição de um maior número de responsabilidades ao trabalhador, sem o acompanhamento do aumento real de salários. [...] Quando à vinculação direta entre mudanças no mundo do trabalho e o aumento da qualificação dos trabalhadores, deve-se registrar que nem todos os países inserem-se de forma semelhante ao processo competição em nível global. (OLIVEIRA, 2005, p. 66)

Outra análise fundamental diz respeito à proposta de ação / intervenção do empresariado em relação às universidades. Dentro destas proposições, destaca-se a defesa pela criação de mecanismos de avaliação do ensino impostas pelo Estado ao ensino superior. Para os empresários seria essencial garantir o nível elevado educacional para que o impacto na produção industrial, bem como na adequação da indústria

brasileira à lógica neoliberal, fosse positivo. Assim, as discussões sobre financiamento e qualidade na educação passaram a ser tema das discussões do empresariado⁵, especialmente em relação à educação fundamental. No que se refere à educação profissional, a CNI elaborou o documento *Educação Básica e formação profissional: uma visão dos empresários*, cuja preocupação fundamental seria “articular a educação à formação profissional”, enfatizando que “o incentivo à formação de novas competências por parte das instituições tradicionais (Sistema S) na educação profissional teria uma repercussão direta no aumento das possibilidades de os trabalhadores inserirem-se no mercado de trabalho, em profunda mudança (empregabilidade)”, (OLIVEIRA, 2005, p. 81).

3 O DESENVOLVIMENTO DE NOVAS COMPETÊNCIAS COMO POSSIBILIDADE DE EMPREGABILIDADE

Na década de 1990, o conjunto de “preocupações” do empresariado industrial brasileiro, não foram desconsideradas nos debates da LDB (Lei 9394) promulgada em 1996. No artigo 22 da referida lei, a finalidade da educação básica é “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Esta finalidade deve ser desenvolvida principalmente pelo ensino médio, uma vez que entre as suas finalidades específicas incluem-se “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando” (BRASIL, Artigo 35, Inciso II), a ser desenvolvida por um currículo que:

Destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania (BRASIL, Artigo 36, Inciso I)

Conforme acrescenta Ramos (2001), representantes do Ministério da Educação argumentam que o sistema educacional brasileiro ficaria fundado sobre três pilares: o primeiro seria uma educação de base científica e tecnológica, o segundo pilar seria a preparação para o prosseguimento de estudos centrados no desenvolvimento de

⁵ Estas questões foram apresentadas pelo empresariado industrial em dois documentos: *Educação fundamental e competitividade empresarial: uma proposta para ação do governo* (publicada pelo Instituto Herbert Levy, em 1992) e *Livre para Crescer* (publicada pela FIESP, em 1995).

competências básica e o terceiro seria a compreensão da educação profissional como qualificação ou habilitação para o exercício de uma atividade profissional.

Ressalta a autora que o próprio Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação N15-98, dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, acaba admitindo a permanência da dualidade no ensino, uma vez que a conclusão do ensino fundamental coincide com a definição de um projeto de vida fortemente determinado pelas condições econômicas das famílias que orienta a possibilidade de uns em custear uma carreira mais longa passando pelo curso superior, enquanto outros precocemente demandará a inserção no mercado de trabalho após a conclusão do ensino obrigatório.

O referido parecer faz menção as reformas educacionais visando buscar um perfil de formação do educando mais condizente com as características da sociedade pós-industrial. Ramos (2001) questiona a referência registrada sobre a sociedade pós-industrial e argumenta que a nova fase de acumulação do capital caracteriza-se pela desindustrialização, reestruturação produtiva, precarização do trabalho e retração significativa dos empregos. Essa configuração indica a constituição de um mercado de trabalho formado de um centro composto de empregados em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização e na periferia outros dois grupos: o primeiro formado por empregados em tempo integral, com habilidades disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializados. O segundo grupo seria constituído por trabalhadores com menos oportunidade de acesso à carreira e caracterizado por uma alta taxa de rotatividade, inclui empregados em tempo parcial, pessoal com tempo determinado, temporários, subcontratados, etc. (RAMOS, 2001, p. 2001).

Nessa configuração, Ramos (2001, p. 134) argumenta que “enquanto no centro estão os trabalhadores formados para o trabalho estratégico, a periferia divide-se entre o trabalho complexo e o trabalho simples”. Complementa a autora que esses trabalhadores seriam classificados como trabalhadores autoprogramáveis e trabalhadores genéricos. Os primeiros poderiam reprogramar-se a partir das mudanças no processo de produção, os segundos seriam designados a uma tarefa determinada sem capacidade de

reprogramação, o que supõe a não incorporação de informações e conhecimentos diante da complexificação tendencial dos fundamentos da produção.

4 UM RETRATO DA BAIXADA FLUMINENSE: OS DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE EDUCAÇÃO E EMPREGABILIDADE

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a Baixada Fluminense é composta pelos municípios de Nova Iguaçu, Itaguaí, Magé, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Paracambi, Queimados, Belford Roxo, Guapimirim, Japeri, Seropédica e Mesquita. A partir do censo realizado em 2010 pelo IBGE, a população do Estado do Rio de Janeiro era de 15.989.929 habitantes. Desta totalidade, grande parte da população está situada na capital do Estado (6.320.446 habitantes) e, também na Região da Baixada Fluminense, conforme o quadro abaixo:

Município	População em 2010
Nova Iguaçu	796.257
Duque de Caxias	855.048
Belford Roxo	469.332
São João de Meriti	458.673
Itaguaí	109.091
Magé	227.322
Nilópolis	157.425
Paracambi	47.124
Queimados	137.962
Mesquita	168.376
Quapimirim	51.483
Japeri	95.492
Seropédica	78.186
Total	3.651.771

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Em 2010, os dados divulgados pelo censo realizado pelo IBGE, indicaram que a população residente nos municípios da Baixada Fluminense corresponde aproximadamente a 24% da população do Estado do Rio de Janeiro. Destes números, a maior parcela reside nos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Atrelado a estes números, a distribuição da população por faixa etária aponta grande concentração de jovens (38,3% da população da Baixada), entre 0 e 19 anos de idade. Estes dados denotam a necessidade de elaboração constante de políticas públicas para crianças e jovens, especialmente do ponto de vista das iniciativas para a área de educação.

Em Duque de Caxias, a população residente entre 15 e 24 anos de idade representa 17,3% e, entre 25 e 39 anos de idade, 24,4%. Entretanto, os indicadores de pobreza no município de Duque de Caxias apresentam 53,53% da população que vive em situação de pobreza⁶. Unido aos índices de pobreza, os indicadores sociais municipais, especialmente os que apresentam os dados sobre analfabetismo são os seguintes:

Município	Pessoas de 15 a 24 anos que não sabem ler e escrever	Pessoas de 25 a 39 anos que não sabem ler e escrever
Nova Iguaçu	1,3	2,0
Duque de Caxias	1,3	2,1
Belford Roxo	1,3	2,1
São João de Meriti	1,1	1,5
Itaguaí	1,3	2,4
Magé	1,5	2,7
Nilópolis	0,9	0,9
Paracambi	0,8	2,4
Queimados	1,8	2,6
Mesquita	1,2	1,5
Quapimirim	1,5	3,5
Japeri	1,5	3,4
Seropédica	1,3	2,8
Total	16,8	29,9

Fonte: Censo IBGE, 2010.

A observação dos dados acima denota que a faixa etária de 25 a 39 anos apresenta maior índice de pessoas que não sabem ler e escrever. Os municípios de Guapimirim (3,5%) e Japeri (3,4%) são os mais problemáticos. Duque de Caxias (2,1%) e Nova Iguaçu (2,0%) apresentam uma proporção menor de analfabetos. Entretanto, estes números, ainda podem ser considerados preocupantes, uma vez que os referidos municípios, especialmente Duque de Caxias, possui uma concentração significativa de indústrias no território.

Economicamente, Duque de Caxias é o município que apresenta os números mais elevados: é o segundo maior PIB do Estado, com R\$ 11.477,26 per capita. Este

⁶ Os demais municípios da Baixada apresentam os seguintes indicadores de pobreza: Nova Iguaçu (54,15%), Belford Roxo (60,06%), Guapimirim (46,21%), Japeri (76,37%), Seropédica (50,85%), Itaguaí (52,93%), Magé (64,02%), Nilópolis (32,48%), São João de Meriti (47,00%), Paracambi (49,08%), Queimados (67,52%). Em todos os municípios percebemos indicadores elevados do ponto de vista da pobreza. Japeri e Magé são os mais problemáticos. (Censo 2010, IBGE)

panorama econômico explica-se pela presença desde 1961 em seu território, de uma das refinarias de petróleo mais importantes do país, a Refinaria Duque de Caxias (REDUC). E, além disso, o censo IBGE 2009 de cadastro central de empresas, apontou a existência 13.054 empresas sediadas no município e, destas, 12.515 empresas são atuantes. O que representa a necessidade de qualificar mão de obra para serem absorvidos por estas instituições. Estas empresas empregam aproximadamente 175.526 pessoas e o salário médio mensal é de 3,4 salários-mínimos.

Outro dado importante, impresso no Censo de 2010, diz respeito ao número de pessoas que não possuem ocupação no município de Duque de Caxias. Apesar de apresentar o PIB mais alto da Baixada Fluminense, os índices de desocupação (pessoas que não estão exercendo atividade formal ou informal de trabalho) possui média acima do Estado do Rio de Janeiro e de algumas cidades do país: representa 7,28% do PIB (soma das riquezas de uma região) do Estado do Rio. Apesar disso, tem uma taxa de desocupação (6,10%) superior às médias estadual (4,77%) e nacional (4,41%). (Censo IBGE, 2010). De acordo com reportagem publicada em agosto de 2012, pelo Jornal O Globo – Extra, “mais de 44.500 pessoas não têm qualquer ocupação na cidade, que concentra a maior população economicamente ativa da Baixada Fluminense”. O quadro abaixo aponta os percentuais de pessoas desocupadas nos municípios da Baixada:

Município	Número de pessoas sem ocupação	%
Guapimirim	3.252	7,46
Itaguaí	6.215	6,72
Seropédica	4.150	6,21
Magé	11.850	6,15
Caxias	44.524	6,10
Queimados	7.001	6,00
Nova Iguaçu	39.839	5,85
Mesquita	8.188	5,65
Belford Roxo	21.749	5,46
Nilópolis	7.253	5,28
Japeri	4.225	5,27
São João de Meriti	20.451	5,18
Paracambi	2.008	4,77

Fonte: Jornal O Globo – Extra, 12/07/2012.

Além dos dados apontados acima, a reportagem chamou a atenção para as observações e ações da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico,

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, Secretaria de Trabalho e Renda de Duque de Caxias.

5 O EMPRESARIADO INDUSTRIAL E SEU OLHAR SOBRE A BAIXADA⁷: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL X REALIDADE SOCIOECONÔMICA

Os dados expostos anteriormente, ao observarmos o descompasso entre empregabilidade e escolarização na Baixada, podem ser explicados pelo fato de que uma parte significativa desta população se encontra “desocupada” ou desempregada e, por outro lado, para agravar tal situação, um número alarmante de analfabetos. Entretanto, ao analisarmos os documentos diversos, dados estatísticos e pronunciamentos do empresariado industrial, é visível que esta classe apresenta “preocupação” com a educação e a empregabilidade nesta localidade. Resta saber, até que ponto as estratégias e projeto elaborados encontram consonância e, efetivamente, exercem influência sobre o processo de minimização da disparidade entre emprego, renda e educação na Baixada.

A FIRJAN realiza pesquisa anualmente sobre os índices de empregabilidade e renda, educação e saúde nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Em 2006, o Sistema FIRJAN lançou um documento intitulado *Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro*. Nesta publicação estão impressos os argumentos e as possíveis estratégias de ação a serem postas em prática pela referida entidade de classe entre os anos de 2006 até 2015. Entre as propostas, é interessante chamar a atenção para as que estão destinadas à educação, cujos objetivos são: erradicar o analfabetismo, melhorar a qualidade da educação básica, promover a formação profissional técnica e superior alinhada aos pólos econômicos do Estado do Rio de Janeiro. Para alcançar estes objetivos, o documento apresenta as seguintes ações estratégicas previstas: continuidade do Projeto TRANSformar (responsável pelas iniciativas de alfabetização), Formação de professores (capacitar e fornecer educação continuada aos professores do ciclo de formação básica), Integração Universidade – Escola Técnica – Empresa (viabilizar

⁷ A Firjan classifica a Baixada em I e II. A Baixada I conjuga os seguintes municípios: Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita e Nilópolis. A Baixada II é composta pelos seguintes municípios: Paty do Alferes, Natividade, Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Magé, Gapimirim.

Em Duque de Caxias está a sede da Representação Regional da Firjan, referente à Baixada II.

cooperação entre Universidades, empresas e escolas técnicas para aprimorar a formação técnica e superior, através da implementação do Programa de Cooperação das Escolas Técnicas com as Universidades “para criar incubadoras de empresas no interior do Estado, diretamente relacionadas às vocações e potencialidades regionais”), Projeto de Lei de Incentivo à Educação e o Modelo para a Inserção da Cultura Empreendedora na Educação.

Criado em 1999, o Projeto TRANSformar, cujo principal objetivo é erradicar o analfabetismo, no período de 2006 a 2009, alfabetizou 59.867, conforme o relatório⁸ da FIRJAN:

Ano	Metas alcançadas
2006	Formação inicial de 1.303 alfabetizadores (nos municípios da Baixada I e II) Alfabetizados em 2006 pelo SESI-RJ 47.302 jovens no estado.
2007	Formação inicial de 333 alfabetizadores em 22 municípios do Estado; Alfabetizados pelo SESI-RJ em 2007 8.500 adultos, em 22 municípios do estado, utilizando a metodologia do TransFORMAR, no âmbito do programa Brasil Alfabetizado.
2008	Até julho/08 a capacitação de 151 alfabetizadores nos municípios do Rio de Janeiro, <i>Duque de Caxias</i> e Itaperuna; Iniciada em Maio/08 alfabetização de adultos para 4.065 pessoas em 03 municípios (Rio de Janeiro, <i>Duque de Caxias</i> e Itaperuna).
2009	Montagem das turmas nas empresas visando a alfabetização de empregados Jovens e Adultos, utilizando a metodologia transFORMAR, chancelada pela ONU. Já confirmado 34 turmas com 356 alunos no primeiro ciclo (Junho/09); Mobilização de 9.500 indústrias entre março e abril de 2009; Montagem das turmas nas empresas visando a alfabetização de empregados Jovens e Adultos, utilizando a metodologia transFORMAR, chancelada pela ONU. Já confirmado 34 turmas com 356 alunos no primeiro ciclo (Junho/09); Atendimento a 2.457 alunos de empresas em classes para alfabetização dos trabalhadores das indústrias do RJ com duração de 240h.
2010	Ampliação do escopo para elevação da escolaridade até o nível de 5ª fase do Ensino Fundamental – EJA. Total de atendimentos em empresas e comunidades até agosto/2010: 4.328 beneficiados, no município do Rio de Janeiro e em alguns municípios das regiões sul, centro-norte, noroeste, leste e <i>baixada fluminense</i> .

Fonte: elaboração própria.

É importante ressaltar que embora os resultados apresentados sejam positivos, é interessante notar que a Baixada Fluminense, especialmente o município de Duque de Caxias foi contemplado diretamente com as iniciativas do Projeto TRANSformar a

⁸ O documento com os resultados está disponível no endereço eletrônico: <http://www.firjan.org.br/site/MapaEstrategico/indexFrameset.asp?documento=obj4-1.pdf&objetivo=8>.

partir do ano de 2008, quando em três municípios, foram atendidos 4.065 alunos com iniciativas restritas ao processo de alfabetização.

A FIRJAN, através do setor de pesquisa, elabora o IFDM (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal), que é um dos referenciais do empresariado industrial, cujo objetivo é observar e acompanhar o desempenho dos municípios. De acordo com esse documento, na variável Educação, o município de Duque de Caxias, por exemplo, aparece em 780º em relação aos dados nacionais e em 25º em relação aos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro. Em setembro de 2012, a FIRJAN publicou o documento *Visões do Futuro: potencialidades e desafios para o Estado do Rio de Janeiro (Região Baixada Fluminense – área II)*. Neste documento enfatiza o futuro crescimento desta região da Baixada Fluminense, o que denota a (pre)ocupação e a urgência em criar estratégias para que o empresariado industrial esteja presente neste processo. De acordo com o documento, a “Baixada Fluminense – Área II é formada pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Miguel Pereira, Paty do Alferes e São João de Meriti. Na região vivem 2,1 milhões de habitantes (13,2% da população do estado). Seu PIB em 2009 – último dado disponível - foi de R\$ 36,7 bilhões (10,4% do PIB estadual), tendo o PIB industrial atingido R\$ 9,3 bilhões (11,7% do PIB industrial fluminense). A região possui um diversificado parque industrial, com destaque para os setores de fabricação de coque; refino de petróleo; química; artigos de plásticos; alimentos e bebidas; farmacêutico; máquinas e equipamentos, e têxtil”. É uma região que eleva a (pre)ocupação do empresariado como forma de assegurar as potencialidades que precisam ser desenvolvidas e desafios a serem superados na produção dos bens ou serviços que não estão, necessariamente, vinculados a alfabetização dos trabalhadores.

A Baixada Fluminense-área II, além de sediar em Duque de Caxias uma das refinarias mais importantes do Estado do Rio de Janeiro, está localizada geograficamente entre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), em Itaboraí, e a base de apoio *offshore* para a exploração do pré-sal, no município de Itaguaí. Além disso, para acompanhar o crescimento industrial da região, o documento enfatiza a construção do Arco Metropolitano, como fator relevante que irá impactar a localidade nos próximos anos. Portanto,

A importância estratégica do Arco Metropolitano para a região reside no fato de ele interligar o COMPERJ ao complexo portuário de Itaguaí. Estudo técnico aponta ainda que o Arco Metropolitano garantirá às empresas instaladas nos municípios cortados por ele grande redução nos custos de transporte de/para o Porto de Itaguaí, variando de 10% a 20%¹. Aliado aos quase 10 km² de áreas industriais disponíveis identificadas na região da Baixada Fluminense – Área II será observado em seu entorno um enorme crescimento e a chegada de centros de distribuição e de novas indústrias, muitas ligadas à cadeia de P&G, nos próximos 5 a 15 anos. De fato, a região será um dos principais destinos das empresas que se instalarão na região metropolitana, e o crescimento populacional deverá acompanhar esse movimento.⁹

Neste sentido, a perspectiva do empresariado industrial é de que a Baixada Fluminense, no decorrer dos próximos 5 a 15 anos, possa abrigar o maior polo petroquímico e gasquímico do país. Aliado a esta visão, o crescimento populacional configurando a necessidade de pensar infraestrutura local, formação profissional adequada à nova realidade, tendo em vista que, na atualidade, os índices educacionais, renda e empregabilidade são alarmantes, conforme apresentado anteriormente.

Entre outros assuntos, a educação e a qualificação da mão de obra é um elemento fundamental para os empreendimentos previstos para esta região. Nos parece que a (pre)ocupação com a perspectiva qualificante se associa aos desafios que a FIRJAN se coloca em busca do novo.

Educação e Qualificação da Mão de Obra

Considerando que nos próximos 5 a 15 anos a região vivenciará o crescimento de setores que exigem alta qualificação profissional de nível técnico, com destaque para aqueles ligados à indústria petroquímica, gasquímica e logística, a disponibilidade de mão de obra qualificada em quantidade suficiente para atender a demanda dos grandes empreendimentos é um ponto crucial para região.

Proposta:

Aumentar o nível de escolaridade e da capacitação da população dos municípios da região, com especial atenção à educação básica e profissional, preparando a população para as oportunidades que surgirão no futuro, de acordo com o perfil de empresas que devem ser

⁹ Sistema Firjan – Visões do Futuro: potencialidades e desafios para o Estado do Rio de Janeiro (Região Baixada Fluminense – Área II). Setembro de 2012, p. 4. Disponível em: <file:///C:/Users/mestradoceh/Downloads/Visoes%20de%20futuro%20Baixada%20II.pdf>

atraídas para a região. Concomitantemente, aumentar a qualificação de professores e gestores escolares.

Ações Concretas:

Implantar cursos específicos voltados para o reforço escolar, em especial de matemática e português, bem como de aumento de nível de escolaridade;

Realizar, por parte das prefeituras e do Governo Estadual, investimentos na formação dos professores com cursos de atualização, extensão e pós-graduação, especialmente em gestão escolar;

Melhorar a infraestrutura das escolas com implantação de bibliotecas e laboratórios de ciências e informática;

Intensificar a atuação do SENAI-RJ na formação de mão de obra na região com currículos alinhados com as oportunidades de trabalho que irão surgir com a chegada de novas indústrias e centros de distribuição na região. [grifo nosso] ¹⁰

Percebemos que a proposta do empresariado industrial direcionada para a educação são elaboradas de acordo com as diretrizes estipuladas pelas empresas que atuam ou que irão fazer parte da realidade da região da Baixada Fluminense. Esta afirmativa conecta-se com a ideia de que a educação voltada para a indústria seria a chave para gerar mobilidade social, melhorar a qualidade de vida e, por conseguinte, minimizar os índices de desemprego e desempenho educacional. Entretanto, vale ressaltar que esta visão faz parte das mudanças promovidas pela ordem global e a importância do capital humano, na condição de elemento fundamental para a inserção do país nos moldes da competitividade. Assim, a “preocupação” do empresariado industrial com o ensino técnico-profissionalizante decorre de um conjunto de fatores que expressam o comportamento direto deles, com o processo de produção impondo aos mesmos, a necessidade de justificar suas ações e os resultados.

Quanto ao aumento do nível de escolaridade e de capacitação da população dos municípios, por exemplo, os dados de 2010, do Projeto TRANSformar revelam as incipientes ações objetivando a elevação do nível de escolaridade, esses dados nos remetem ao grupo de trabalhadores com menos oportunidade de carreira, empregados temporários ou subcontratados.

¹⁰ *Idem*, p. 9-10.

Ainda destacamos nas ações concretas da FIRJAN, o reforço escolar em matemática e português, além de contar com a parceria das prefeituras no sentido de se investir na formação dos professores com cursos de atualização, extensão ou gestão escolar, cujo foco é um modelo de ensino técnico e profissionalizante que tende a forçar a escola a abrir-se ao mundo econômico ao buscar um “sentido prático” aos saberes escolares, redefinido os conteúdos de ensino, uma vez que, na visão do empresariado, o problema da mão de obra na indústria está atrelado às péssimas condições de ensino.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos, as expectativas e as metas, apresentadas nos fragmentos oriundos dos documentos das FIRJAN, expressam a (pre)ocupação do empresariado, não só com a dimensão da produtividade, mas também com a melhoria do padrão educacional associado ao futuro da comunidade e da empresa. No entanto, a melhoria do padrão educacional na baixada fluminense nos remete ao termo “trabalhadores genéricos”, conforme Ramos (2001) que, nos cursos, são treinados para uma determinada tarefa o supõe a não incorporação de conhecimentos.

Neste artigo, partimos da conceituação de Kosik (1989) com o intuito de apresentar que o empresariado industrial, ao direcionar suas atenções ao processo de vantagem e melhoria do padrão educacional na Baixada Fluminense, enfatizou a “preocupação” com o futuro da comunidade e da empresa. Portanto, ao delinear-se o futuro tendo como base o presente e o passado, haveria um *privilégio* ao sujeito em relação aos projetos, expectativas e metas. A análise dos documentos elaborados pela FIRJAN são, neste sentido, uma fonte para compreendermos de que forma esta entidade de classe orienta-se em relação à elaboração de estratégias para o “futuro”.

Outra visão acerca da relação entre empresariado industrial e educação foi apresentada a partir das discussões elaboradas por Ramon Oliveira (2001a, 2001b, 2003 e 2005), cujo destaque é a afirmação de que a proposta do empresariado em relação à educação possui (ou possuía) um aspecto de submissão do Estado aos interesses desta classe, economicamente e, também, na construção das políticas direcionadas à educação profissionalizante. Nos anos 1990, nos debates em torno da reformulação da LDB (Lei

9394), as proposições apresentadas pelo empresariado industrial não foram desconsideradas, salientando que é imprescindível a *preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando*.

A situação econômica (altos índices de desemprego) e social (analfabetismo e dificuldade em constituir uma mão-de-obra especializada, especialmente para a indústria), conforme chamamos a atenção neste artigo, revelam o descompasso entre empregabilidade e escolarização na Baixada Fluminense. De acordo com os dados e a documentação da FIRJAN, percebe-se que a proposta do empresariado industrial, embora denote “preocupação” com as questões educacionais, a proposta de ensino direciona-se de acordo com as atividades das empresas que atuam ou que tem a perspectiva de atuar na região, ou seja, seria aconselhável dar *um sentido prático aos saberes escolares*.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Frederico Alan de Oliveira. Desempenho educacional e renda domiciliar: análise do IDEB dos municípios da Baixada Fluminense. **Vivências: Revista de Extensão da URI**, vol. 8, n. 14, p. 92-99, Maio/2012.

DINIZ, Eli. Empresariado e estratégias de desenvolvimento. **Revista Lua Nova**, n. 55-56, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MACHADO, Lucilia Regina de Souza. **Educação e divisão social do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1982

OLIVEIRA, Ramon. **Políticas do ensino médio e da educação profissional no Brasil – anos 90: subordinação e retrocesso educacional**. Tese (Doutorado em Educação), 349f. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2001a.

OLIVEIRA, Ramon. **A teoria do Capital Humano e a educação profissional brasileira**. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, 2001b.

OLIVEIRA, Ramon. Empresariado industrial e a educação profissional brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 249-263, jul./dez/ 2003.

OLIVEIRA, Ramon. O empresariado industrial e a educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Jan/Fev/Mar/Abr 2003 Nº 22.

OLIVEIRA, Ramon. **Empresariado industrial e educação brasileira: qualificar para competir?** São Paulo, Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Rosane Cristina de. A elite empresarial fluminense e o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro (1980-2006). In: 6º Encontro da ABCP, realizado entre os dias 29/07 e 01/08/2008, Unicamp, Campinas, SP. (Disponível em: http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2008/arquivos/22_7_2008_15_26_42.pdf)

RAMOS, Marise Nogueira. **Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, M. V.; SOUZA, S. A. de. Educação e Responsabilidade Empresarial: “novas” modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional. **Educação e Sociedade, Campinas**, vol. 30, n. 108, out. 2009, p. 779-798.

Sistema FIRJAN. **Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro: 2006-2015**. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN/ DCO, 2006.

SOUZA, Mario Luiz de. A educação e desenvolvimento na visão do empresariado industrial. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, IPEA, CODE 2011.

SOUZA, Maria Inês Salgado de. **Os empresários e a educação: IPES e a questão educacional após 1964**. São Paulo: Cortez, 1981.

Recebido em 10 de agosto de 2022

Aprovado em 19 de novembro de 2022